

XXXIII SEMANA
CONTÁBIL
SECOFEM 2026
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

**Módulo 12 –
NBC TSP Estrutura Conceitual da
Contabilidade Aplicada ao Setor Público -
Panorama Geral e Elementos das
Demonstrações Contábeis.**

Organização e Realização:



SECRETARIA DA
FAZENDA



Sumário

- 1 Contextualização e Histórico
- 2 Aspectos Introdutórios e Gerais
- 3 As características qualitativas e suas restrições
- 4 Introdução a base normativa
- 5 Elementos das Demonstrações Contábeis

Sumário

- 1 **Contextualização e Histórico**
- 2 Aspectos Introdutórios e Gerais
- 3 As características qualitativas e suas restrições
- 4 Introdução a base normativa
- 5 Elementos das Demonstrações Contábeis

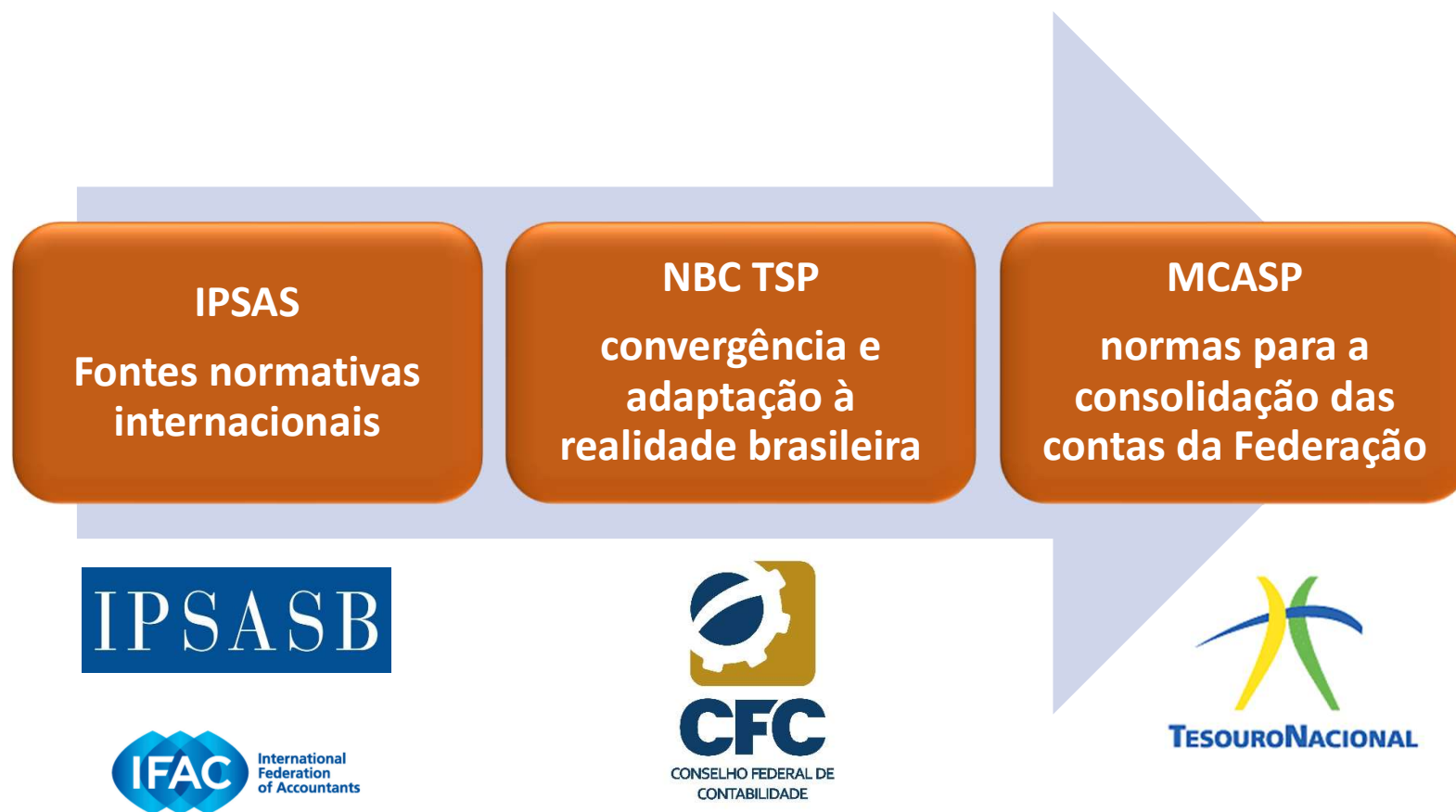
1 Processo de Convergência no Setor Público



“Processo de adoção de regras e procedimentos contábeis sob uma **mesma base conceitual** visando a **comparabilidade** da situação econômico-financeira de vários países ou de entidades do setor público nacionais e/ou internacionais.”

1

Processo de Convergência no Setor Público



1

Processo de Convergência no Setor Público

	PCASP	DCASP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais PCP	Procedimentos Contábeis Específicos PCE	Procedimentos Contábeis Orçamentários PCO	Consolidação das contas dos entes da Federação
Portaria nº 634/2013 Prazos atuais:	Implantados em toda a Federação (<i>coleta da DCA pelo Siconfi somente no padrão PCASP</i>)		Prazos definidos conforme ato normativo específico da STN	Aplicabilidade imediata	Aplicabilidade imediata	Aplicabilidade imediata

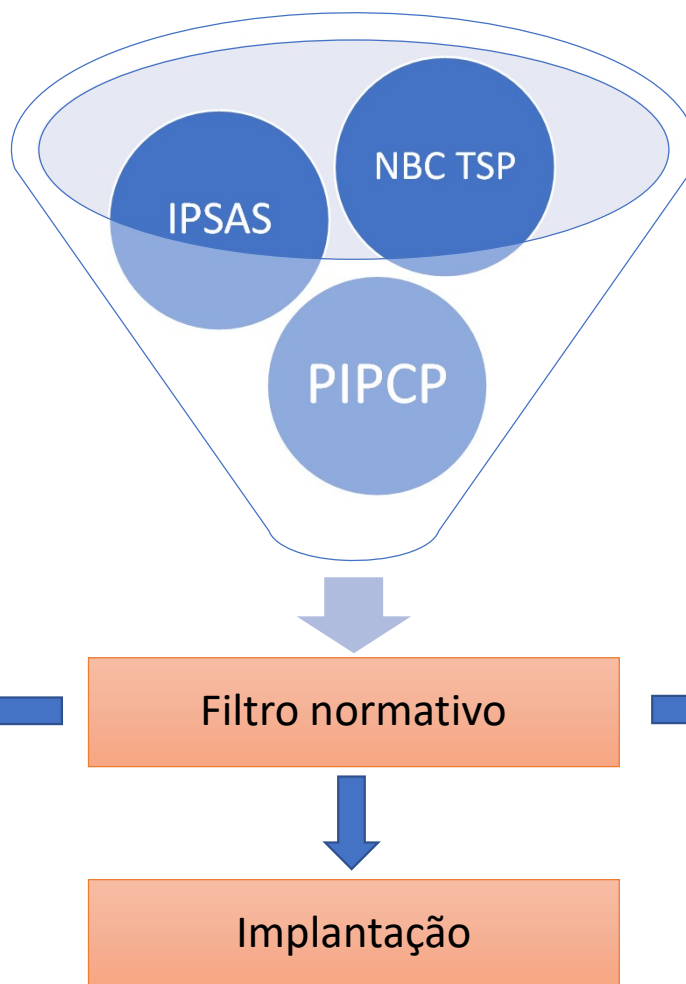


**Plano de Implantação dos PCP
(Portaria STN nº 548/2015)**

1 Processo de Convergência no Setor Público

Calibrando o Processo de Convergência

- Aplicabilidade
- Operacionalidade
- Maturidade contábil dos entes
- Materialidade na consolidação
- Diretrizes institucionais



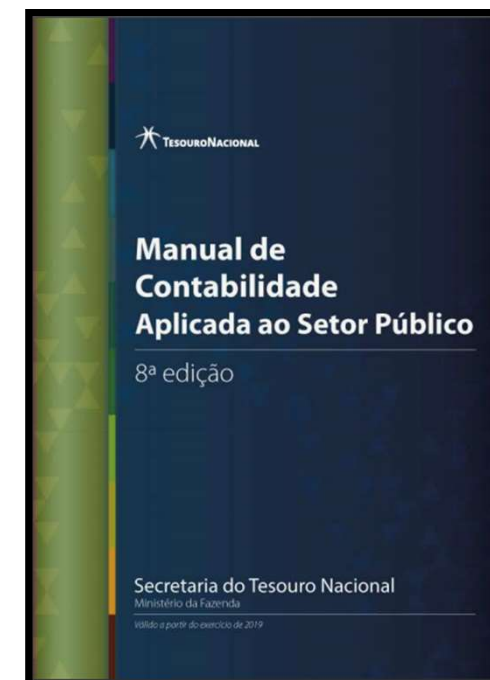
1 Processo de Convergência no Setor Público

ALINHAMENTO ENTRE CONVERGÊNCIA E MARCO NORMATIVO

MCASP 8ª edição

(**Dezembro/2018**, vigência em **2019/2021**):

- NBC TSP Estrutura Conceitual
- NBC TSP 1 / IPSAS 23 – Receita de Transações Sem Contraprestação
- NBC TSP 2 / IPSAS 9 – Receita de Transações Com Contraprestação
- NBC TSP 3 / IPSAS 19 – Provisões, Passivos Cont. e Ativos Contingentes
- NBC TSP 4 / IPSAS 12 – Estoques
- NBC TSP 5 / IPSAS 32 – Concessões de Serviços Públicos: Concedente
- NBC TSP 6 / IPSAS 16 – Propriedades para investimento
- NBC TSP 7 / IPSAS 17 – Ativo Imobilizado
- NBC TSP 8 / IPSAS 31 – Ativo Intangível
- NBC TSP 9 / IPSAS 21 – Redução ao V. Rec. de Ativos Não Ger. de Caixa
- NBC TSP 10 / IPSAS 26 – Redução ao Valor Rec. de Ativos Ger. de Caixa
- NBC TSP 11 / IPSAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- NBC TSP 12 / IPSAS 02 – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- NBC TSP 13 / IPSAS 24 – Apresentação da Informação Orçamentária nas DC
- NBC TSP 14 / IPSAS 05 – Custos de Empréstimos



1 Processo de Convergência no Setor Público

ALINHAMENTO ENTRE CONVERGÊNCIA E MARCO NORMATIVO

MCASP 9ª edição

(Válido a partir do exercício de 2022):

- NBC TSP 15 / IPSAS 39 – Benefícios a Empregados
- NBC TSP 16 / IPSAS 34 – Demonstrações Contábeis Separadas
- NBC TSP 17 / IPSAS 35 – Demonstrações Contábeis Consolidadas
- NBC TSP 18 / IPSAS 36 – Investimento em Coligada e em Empreend...
- NBC TSP 19 / IPSAS 37 - Acordos em Conjunto
- NBC TSP 20 / IPSAS 38 – Divulgação de Partic. em Outras Entidades
- NBC TSP 21 / IPSAS 40 – Combinações No Setor Público
- NBC TSP 22 / IPSAS 20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas
- NBC TSP 23 / IPSAS 03 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa ...
- NBC TSP 24 / IPSAS 04 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio...
- NBC TSP 25 / IPSAS 14 – Evento Subsequente
- NBC TSP 26 / IPSAS 27 – Ativo Biológico e Produto Agrícola
- NBC TSP 27 / IPSAS 18 – Informações por Segmento



1 Processo de Convergência no Setor Público

ALINHAMENTO ENTRE CONVERGÊNCIA E MARCO NORMATIVO

MCASP 11ª edição

(Válido a partir do exercício de 2025):

- NBC TSP 29 / IPSAS 42 – Benefícios Sociais.
- NBC TSP 30 / IPSAS 28 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.
- NBC TSP 31 / IPSAS 41 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
- NBC TSP 33 / IPSAS 30 – Instrumentos Financeiros: Divulgações.



1 Processo de Convergência no Setor Público

PRÓXIMOS PASSOS NORMATIVOS

NORMA CONVERGIDA

- **NBC TSP 32 / IPSAS 29** – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de Hedge - Aplicação Residual).

NORMAS EM PROCESSO DE CONVERGÊNCIA

- **IPSAS 43** – Leases (arrendamentos).
 - **IPSAS 44** – Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations (Ativo não Circulante disponível para venda e Operações Descontinuadas).
 - **IPSAS 45** – Property, Plant and Equipment (Ativo Imobilizado).
 - **IPSAS 46** – Measurement (Mensurações).
-
- **IPSAS 47** – Revenue (Receitas).
 - **IPSAS 48** – Transfer Expenses (Despesas de Transferência).
 - **IPSAS 49** – Retirement Benefits Plans (Planos de Benefícios de Aposentadoria).
 - **IPSAS 50** – Exploration for and Evaluation of Mineral Resources (Exploração e Avaliação de Recursos Minerais).

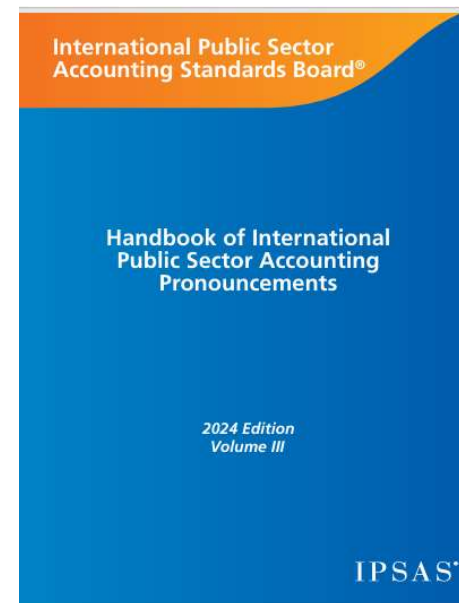
2025

2027

NORMAS EM REVISÃO

- **TODAS AS NBCs TSP** já convergidas.

2025

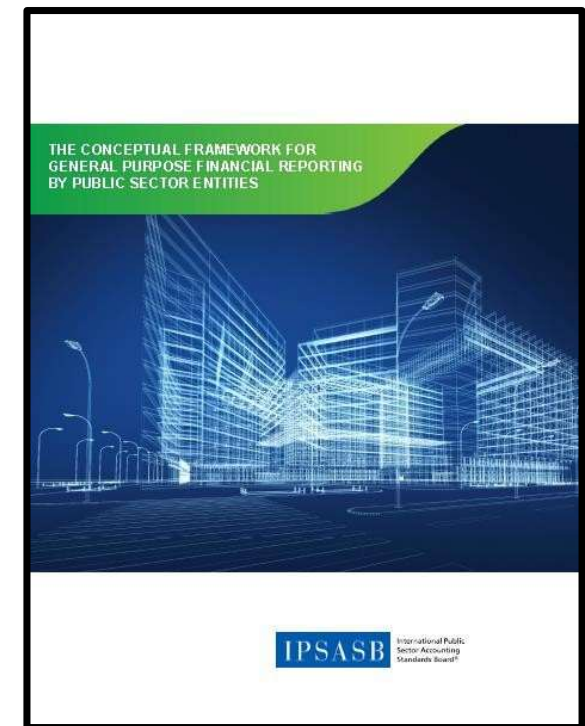


1 Processo de Convergência no Setor Público

Histórico sob a ótica do IPSASB/IFAC

Projeto *Conceptual Framework*

- Contexto:
 - Críticas às IPSAS
 - Necessidade de um guia para a elaboração de normas específicas do setor público
 - Convergência IPSAS x IFRS
 - Projeto da Estrutura Conceitual das IFRS
 - Discussão da Governança do IPSASB e incremento da participação de entidades internacionais

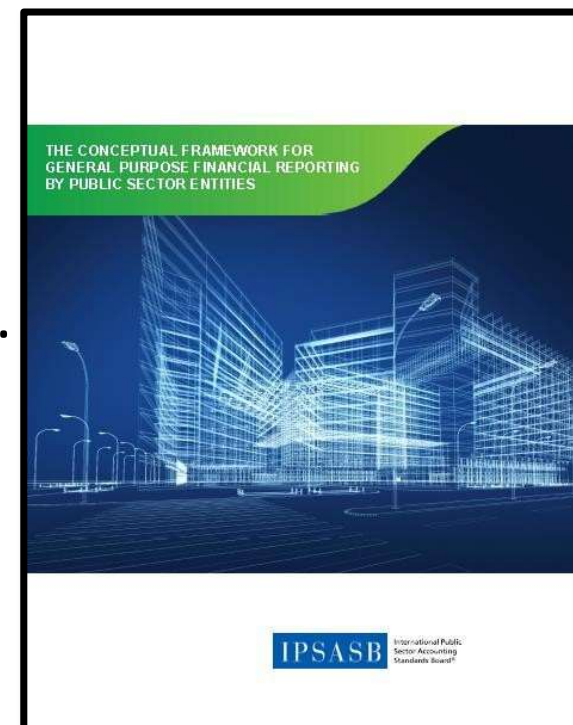


1 Processo de Convergência no Setor Público

Histórico sob a ótica do IPSASB/IFAC

Projeto *Conceptual Framework*

- Assegurar que as IPSAS fossem editadas a partir de um núcleo (metáfora da “cebola”)
- A sua observância não é compulsória. **Não é uma IPSAS.**
- Projeto dividido em 4 fases
 - 1. características gerais;
 - 2. reconhecimento;
 - 3. elementos e sua mensuração; e
 - 4. evidenciação.



1 Processo de Convergência no Setor Público

Histórico sob a ótica do IPSASB/IFAC

Projeto *Estrutura Conceitual*

- Contexto:

- Diretrizes para retomar o processo de convergência no setor público
- Reestruturação do GA/NBC TSP
- Adequação ao Acordo com a IFAC (*Statement of Member Obligations* - SMOs)
- Necessidade de convergência como norma



Número da resolução:	2016/NBCTSPEC
Descrição:	Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL
Data de Publicação no Diário Oficial da União:	04/10/2016
Resolução em vigor:	SIM
Resolução foi alterada:	NAO
Resolução foi revogada:	NAO
Ementa:	Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

1 Processo de Convergência no Setor Público

REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO DO CFC Nº 750/93

1993

Publicação da Res.
CFC nº 750/1993

Disponha sobre os
“Princípios
Fundamentais de
Contabilidade” (PFC).

2008

Resolução CFC nº
1.111/2008

Interpretação dos
PFC sob a perspectiva
do setor público.
NBC T 16.1 a 16.10

2010

Passou a dispor sobre
os “Princípios de
Contabilidade”.

Exclusão do princípio
da atualização
monetária.

2011

Aprovação da NBC TG
– EC para Elaboração
e Divulgação de
Relatório Contábil-
Financeiro
(“CPC 00” R1)

2016

Revogação da Res.
CFC nº 750/1993

Aprovação da NBC
TSP – Estrutura
Conceitual.

1

Processo de Convergência no Setor Público

Alguns Impactos do Ponto de Vista Operacional

- O texto não traz aplicações específicas, mas apresenta as diretrizes e regras gerais que as demonstrações devem seguir. O capítulo 8, por exemplo, traz uma série de parâmetros de apresentação da informação que podem ter impactos nas NEs);
- Rotinas contábeis e sistemas serão ajustados para atingir os objetivos da informação contábil (prestação de contas e responsabilização e auxílio à tomada de decisão). Ex.: definições de ativo, passivo, receita, despesa e metodologias de mensuração e reconhecimento;
- Demonstrativos Fiscais cada vez mais “próximos” da informação contábil. Os parâmetros do Capítulo 8 (apresentação) também se aplicam.

Sumário

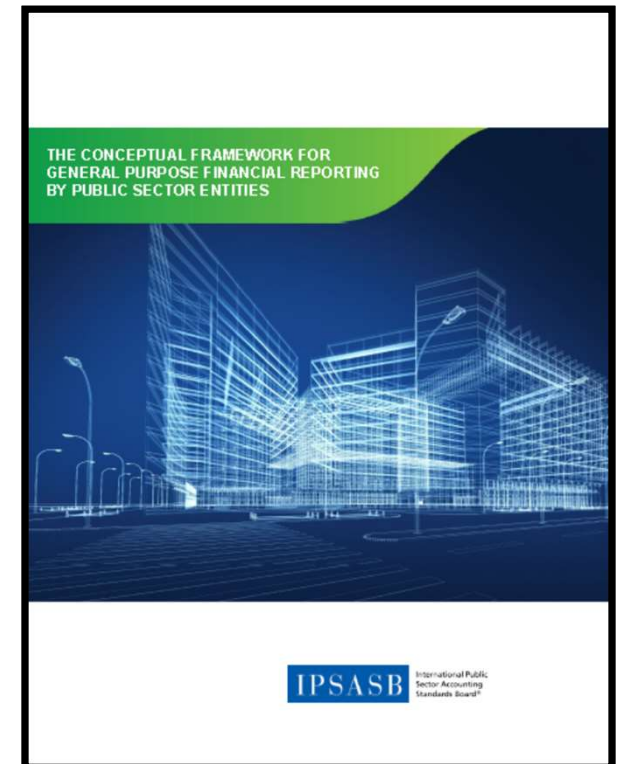
- 1 Contextualização e Histórico
- 2 **Aspectos Introdutórios e Gerais**
- 3 As características qualitativas e suas restrições
- 4 Introdução a base normativa
- 5 Elementos das Demonstrações Contábeis

2 Aspectos Introdutórios e Gerais

Estrutura Conceitual

O que é uma Estrutura Conceitual?

- Conceitos-base para a **elaboração das Demonstrações Contábeis e outros demonstrativos (RCPGs)**
- Conceitos-base para a **elaboração das demais normas (“norma das normas”)**
- Características: **Generalidade e Estabilidade**



2 Aspectos Introdutórios e Gerais

Conteúdo da Estrutura Conceitual Convergida

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Prefácio• Capítulo 1 – Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual• Capítulo 2 – Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público• Capítulo 3 – Características Qualitativas• Capítulo 4 – Entidade que Reporta a Informação Contábil | ASPECTOS GERAIS E CONCEITUAIS |
| <ul style="list-style-type: none">• Capítulo 5 – <u>Elementos</u> das Demonstrações Contábeis• Capítulo 6 – <u>Reconhecimento</u> nas Demonstrações Contábeis• Capítulo 7 – <u>Mensuração</u> de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis | TÉCNICA CONTÁBIL |
| <ul style="list-style-type: none">• Capítulo 8 – Apresentação de Informação nos RCPGs | EVIDENCIAÇÃO |
| <ul style="list-style-type: none">• Disposições Finais | VIGÊNCIA E REVOGAÇÕES |

2 Aspectos Introdutórios e Gerais

Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG)

EXEMPLOS:

Demonstrações
Contábeis e Notas
Explicativas

Relatórios para os
fins de
Transparência

RCPG

Demonstrativos
Fiscais
(quando elaborados com
base na Contabilidade)

Relatórios
Gerenciais
(quando elaborados com
base na Contabilidade)



2 Aspectos Introdutórios e Gerais

Objetivos e Usuários dos RCPGs

Informação útil para:

- Provedores de recursos
- Usuários dos serviços públicos
- Sociedade em geral

Prestação de Contas e Responsabilização (*accountability*)

- Controles interno, externo e social

Tomada de decisão

Sob os pontos de vista:

- Operacional
 - (ex.: alocação de recursos, custos, sustentabilidade dos serviços)
- Financeiro
 - (ex.: capacidade de autofinanciamento ou financiamento de contribuintes ou partes externas)

2 Aspectos Introdutórios e Gerais

Prefácio (Características do Setor Público)

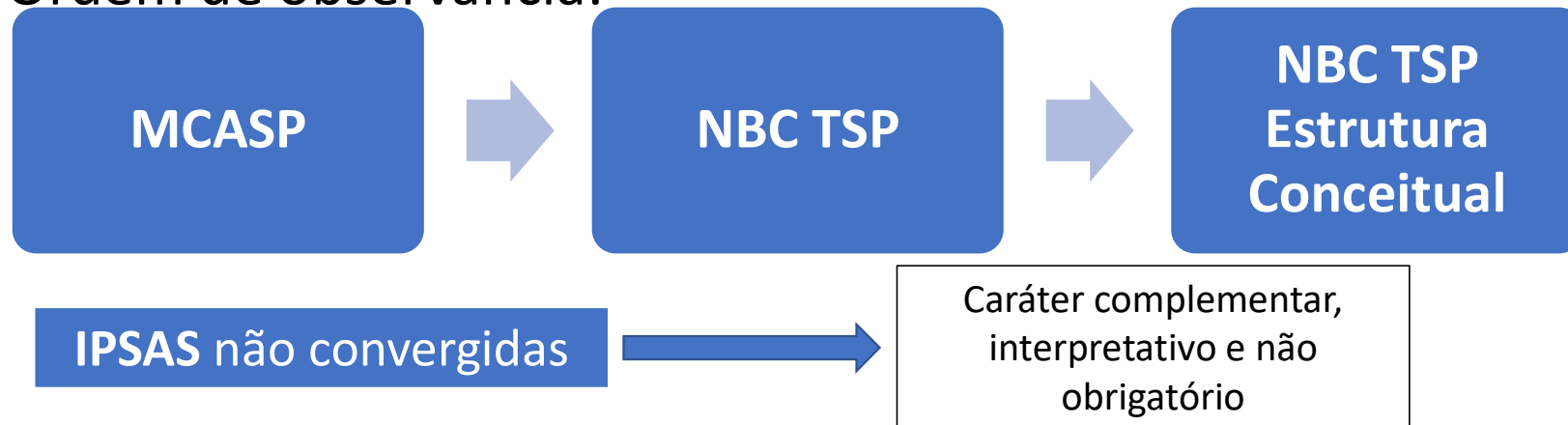
- Tributação e sua importância
- Desproporcionalidade entre o serviço e o valor pago
- Objetivos distintos
- Compatibilização e eliminação de diferenças
- Base de definição da tributação e do gasto público
- A CASP deve levar em consideração a informação orçamentária sem interferir na contabilidade patrimonial
- Programas de longo prazo e reconhecimento de ativos e passivos
- Continuidade das entidades do setor público
- Orientação a serviços x Orientação à geração de fluxo de caixa
- Peculiaridades (mercado limitado: ativos militares, de infraestrutura, patrimônio cultural, benefícios sociais etc)
- Assegurar o interesse público
- Criação de direitos e obrigações



2 Aspectos Introdutórios e Gerais

Autoridade da NBC TSP EC

- Aplicação obrigatória, mas subsidiária
- Julgamento profissional em aspectos residuais das demais normas
- Relação com as demais NBC TSP e MCASP
 - Ordem de observância:



2 Aspectos Introdutórios e Gerais

Alcance da EC e demais NBC TSP

- **Entidades do setor público:**



Fora do escopo (observância facultativa ou por força de órgão regulador ou fiscalizador):

- Empresas estatais independentes
- Sistema “S”
- Entidades privadas

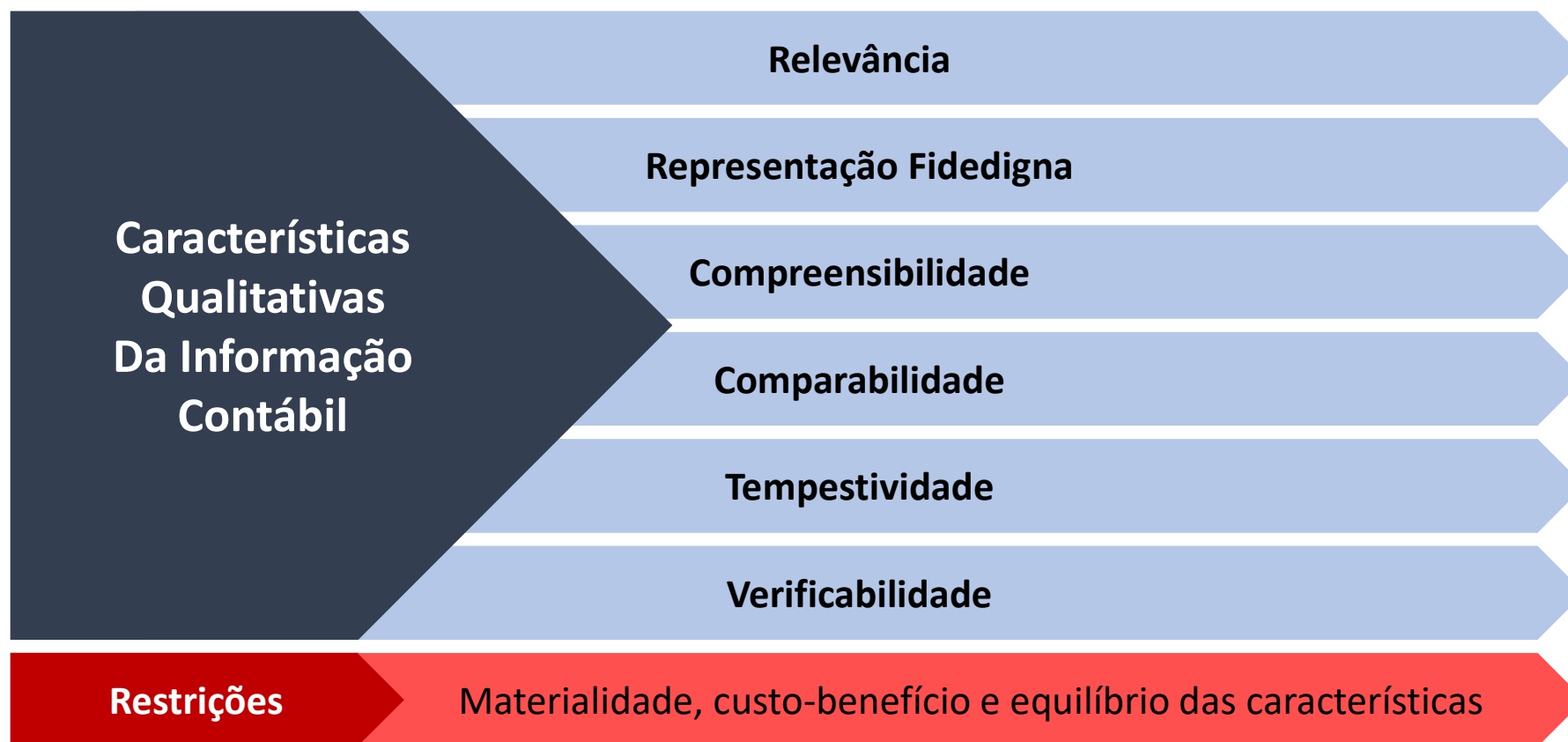
(*) MCASP não obrigatório

Sumário

- 1 Contextualização e Histórico
- 2 Aspectos Introdutórios e Gerais
- 3 **As características qualitativas e suas restrições**
- 4 Introdução a base normativa
- 5 Elementos das Demonstrações Contábeis

3 Características qualitativas e evidenciação

Características Qualitativas



3 Características qualitativas e evidenciação

Relevância

A informação pode ser considerada relevante quando for capaz de **influenciar** significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.



3 Características qualitativas e evidenciação

Representação Fidedigna

Para ser útil, a informação deve ser confiável, livre de erros materiais ou vieses e refletir adequadamente aquilo que se propõe a representar.



3 Características qualitativas e evidenciação

Compreensibilidade

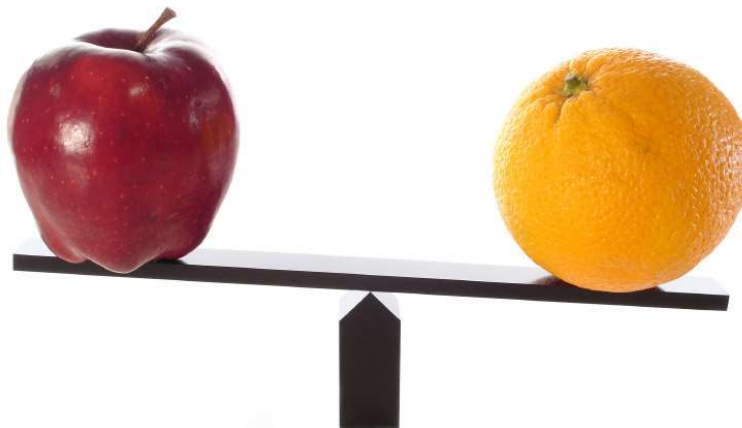
Uma qualidade essencial das informações apresentadas nos RCPG é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários.



3 Características qualitativas e evidenciação

Comparabilidade

A comparabilidade possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.



3 Características qualitativas e evidenciação

Tempestividade

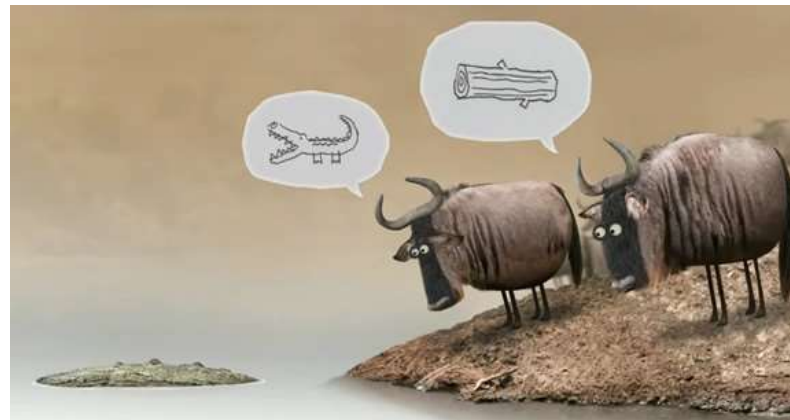
A tempestividade envolve oferecer a informação confiável antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins da elaboração e divulgação da informação contábil.



3 Características qualitativas e evidenciação

Verificabilidade

A verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos ou de outra natureza que se propõe a representar.



Características qualitativas e evidenciação

Restrições acerca das informações contábeis

Materialidade	A sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (<i>accountability</i>), ou as decisões dos usuários.
Custo-Benefício	Os benefícios decorrentes da informação devem exceder o custo de produzi-la. A avaliação dos custos e benefícios é, entretanto, em essência, um exercício de julgamento.
Equilíbrio entre as características qualitativas	O equilíbrio entre as características qualitativas é necessário para se alcançar os objetivos da informação contábil.

3 Características qualitativas e evidenciação

Apresentação das Informações nos RCPGs

A apresentação das informações nos RCPGs está relacionada às definições dos elementos, critérios de reconhecimento e bases de mensuração.

Seleção da Informação

Localização da Informação

Organização da Informação



3 Características qualitativas e evidenciação

Apresentação das Informações nos RCPGs



- **Seleção da Informação**

- Envolve tornar clara, objetiva e evitar sobrecarga de informação
- Exposição (mensagens-chave) *versus* Evidenciação (entendimento da informação exposta)



Informação em excesso pode dificultar a compreensão por parte do usuário.

3 Características qualitativas e evidenciação

Apresentação das Informações nos RCPGs

- **Localização da Informação**

- A informação exposta pode ser demonstrada em quadros apropriados, enquanto as evidenciações encontram-se em notas explicativas.



A localização pode afetar a maneira como os usuários interpretam e comparam a informação.



3 Características qualitativas e evidenciação

Apresentação das Informações nos RCPGs

- **Organização da Informação**

- A informação pode ser organizada em quadros, tabelas, gráficos, cabeçalhos, numeração, dentre outros.



A forma na qual a informação está organizada pode afetar a interpretação por parte dos usuários.

Sumário

- 1 Contextualização e Histórico
- 2 Aspectos Introdutórios e Gerais
- 3 As características qualitativas e suas restrições
- 4 **Introdução a base normativa**
- 5 Elementos das Demonstrações Contábeis

4

Introdução a base normativa

Objetivo

- Apresentar o conjunto de **conceitos, regras e procedimentos** voltados ao **reconhecimento, mensuração e evidenciação** de ativos e passivos e suas variações patrimoniais, contribuindo para o processo de **convergência às normas internacionais**, respeitada a base legal nacional;
- **Harmonizar** os padrões a serem observados pela Administração Pública, no que se refere às variações patrimoniais, classificações, destinações e registros, para permitir a **adequada evidenciação** e a **consolidação** das contas públicas nacionais;

4

Introdução a base normativa

Alcance

- Obrigatoriamente: **entidades do setor público**
- As demais entidades (incluídas as empresas estatais independentes) poderão aplicar as NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.

FONTE: NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, Itens 1.8A a 1.8D

Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).



O item 1.8 (Alcance da estrutura conceitual) não foi convergido

4

Introdução a base normativa

Objetivo da informação contábil

Fornecer informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários para a **prestação de contas** e **responsabilização** (*accountability*) e **tomada de decisão**.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público

São relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.

4

Introdução a base normativa

Visão patrimonial na Lei nº 4.320/1964

Título IX – Da Contabilidade

*Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da **execução orçamentária**, o **conhecimento da composição patrimonial**, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.*

*Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à **administração orçamentária**, financeira, **patrimonial** e industrial.*

*Art. 100. As **alterações da situação líquida patrimonial**, que abrangem **os resultados da execução orçamentária**, bem como **as variações independentes** dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.*

*Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as **alterações verificadas no patrimônio**, **resultantes ou independentes da execução orçamentária**, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”*

Sumário

- 1 Contextualização e Histórico
- 2 Aspectos Introdutórios e Gerais
- 3 As características qualitativas e suas restrições
- 4 Introdução a base normativa
- 5 **Elementos das Demonstrações Contábeis**

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Conceito

- Estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas.
- Classes amplas que agrupam os efeitos financeiros e não financeiros das transações e outros eventos com características comuns
- Fornecem um ponto inicial para reconhecer, classificar e agregar dados e atividades econômicas de maneira a fornecer informações aos usuários

FONTE: NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, Itens 5.1 a 5.4

Elementos

- Ativo
- Passivo
- Receita (Variação Patrimonial Aumentativa)
- Despesa (Variação Patrimonial Diminutiva)
- Contribuição dos proprietários
- Distribuição aos proprietários

5 Elementos das Demonstrações Contábeis

Ativo

Ativo é um **recurso** **controlado** no presente pela entidade como resultado de evento passado.

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 5.6

Recurso: item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.

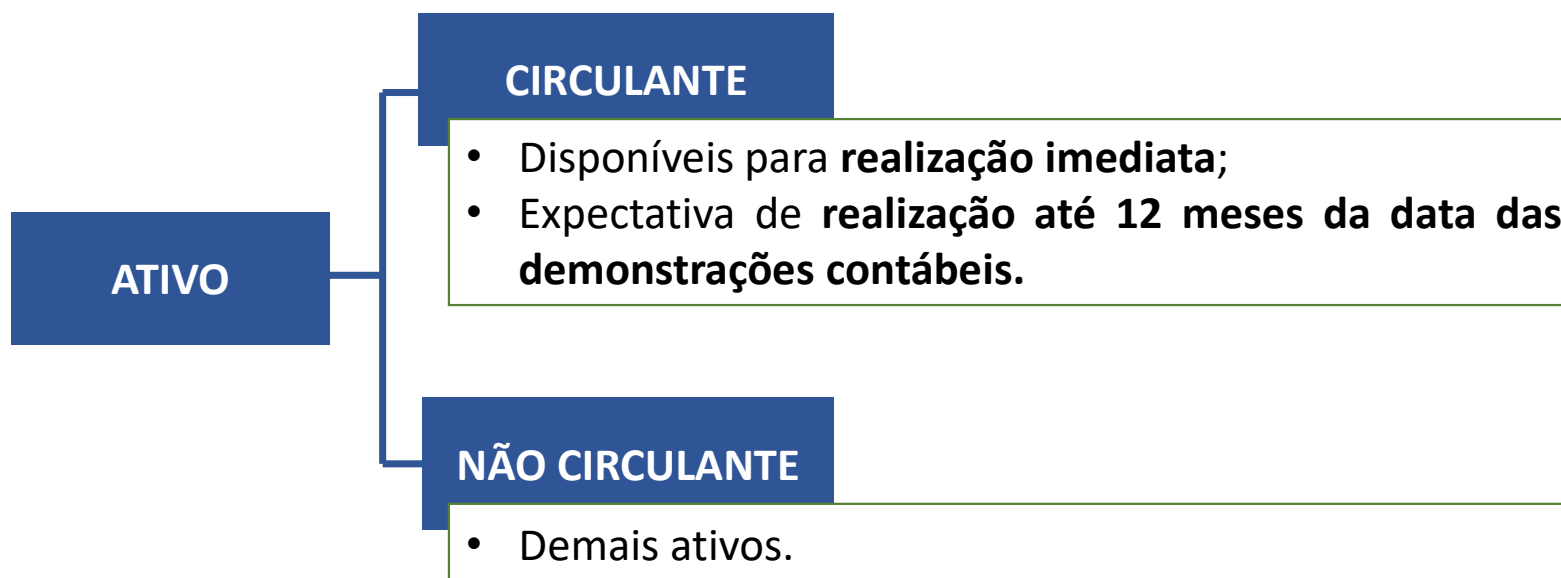
Controle: envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso ou controlar o uso por terceiros. A propriedade legal não é uma característica essencial de um ativo (é um indicador de controle).



5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Classificação do Ativo – Circulante e Não Circulante



Situações específicas

- Créditos inscritos em dívida ativa não renegociados
- Depósitos restituíveis e valores vinculados



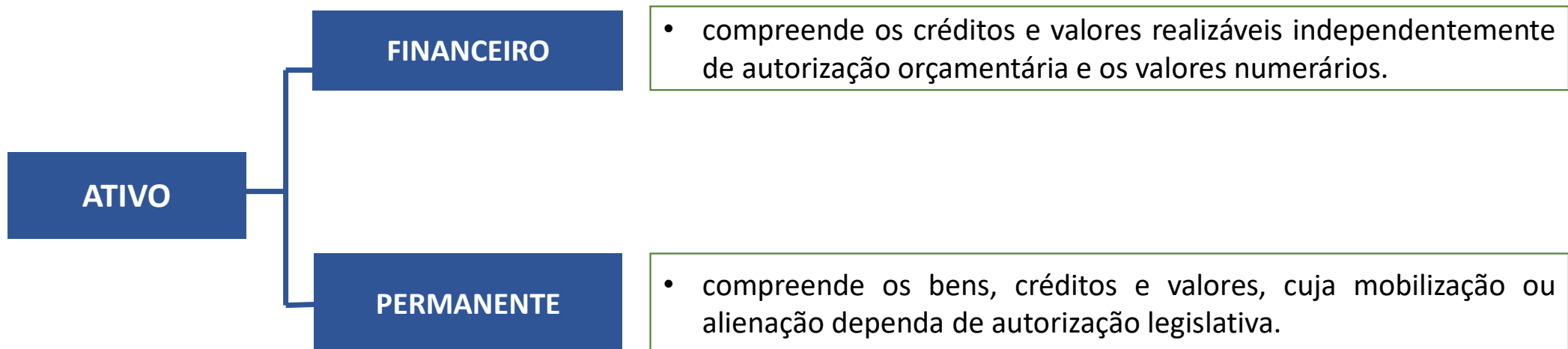
Não circulante



Em regra, circulante

5 Elementos das Demonstrações Contábeis

Classificação do Ativo – Financeiro e Permanente



- Conceito legal (art. 105 da Lei nº 4.320/1964) que não guarda relação com os conceitos presentes nas normas contábeis;
- Os ativos financeiros e permanentes são identificados por meio dos atributos (F) e (P), descritos na parte IV – PCASP do MCASP.



Não existe qualquer relação entre a classificação do ativo em circulante e não circulante com a classificação em financeiro e permanente.

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Classificação do ativo - PCASP

1 – ATIVO

1.1 Ativo Circulante

- 1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa
- 1.1.2 Créditos a Curto Prazo
- 1.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
- 1.1.4 Investimentos e Aplicações Temporárias a CP
- 1.1.5 Estoques
- 1.1.6 Ativo Não Circulante Mantido para Venda
- 1.1.7 Ativo Biológico
- 1.1.9 VPD Pagas Antecipadamente

1.2 Ativo Não Circulante

- 1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo
- 1.2.2 Investimentos
- 1.2.3 Imobilizado
- 1.2.4 Intangível
- 1.2.5 Diferido*

* Compreende os saldos registrados até 2008 e que deveriam ser amortizados até 2017.

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Passivo

Passivo é uma **obrigação presente**, derivada de **evento passado**, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 5.14

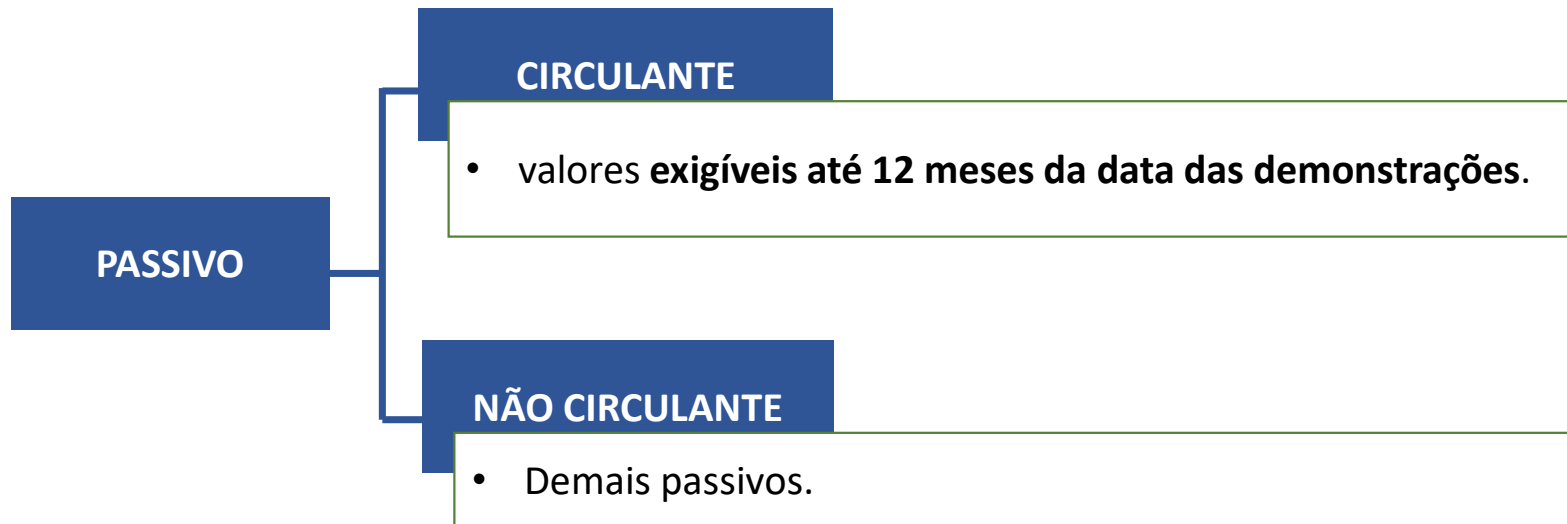
Obrigação Presente: obrigação legal ou não legalmente vinculada, quando não possa ser evitada pela entidade



5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Classificação do Passivo

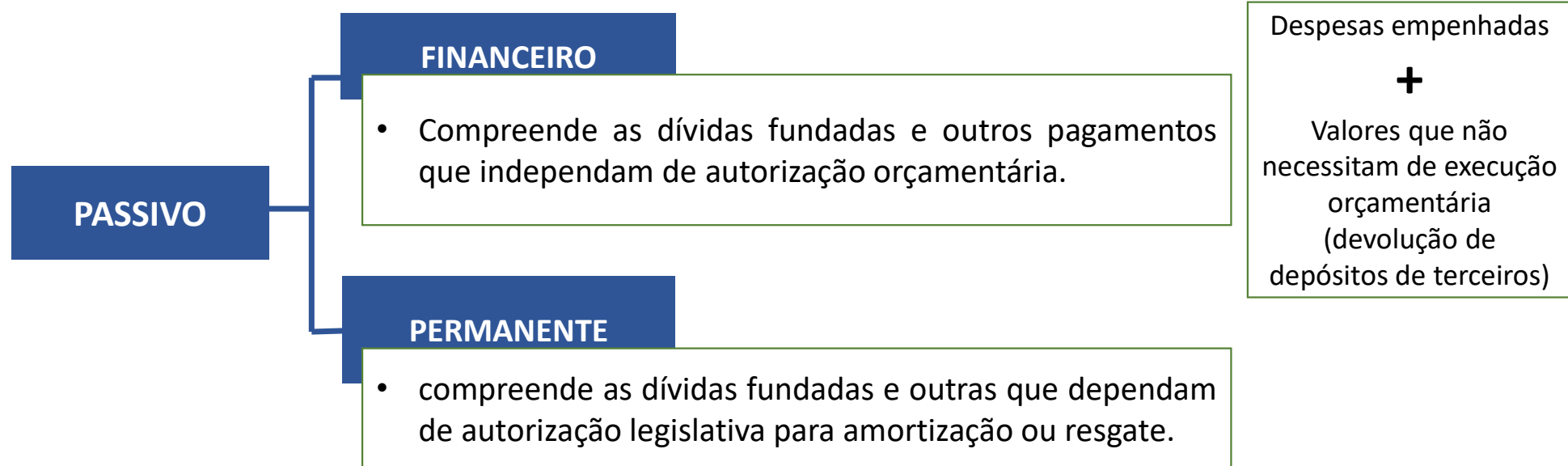


Valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária são, **em geral**, classificados no circulante.

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Classificação do Passivo – Financeiro e Permanente



- Conceito legal (art. 105 da Lei nº 4.320/1964) que não guarda relação com os conceitos presentes nas normas contábeis;
- Os passivo financeiros e permanentes são identificados por meio dos atributos (F) e (P), descritos na parte IV – PCASP do MCASP.



Não existe qualquer relação entre a classificação em circulante e não circulante com a classificação em financeiro e permanente.

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Classificação do Passivo

Exemplos	CLASSIFICAÇÃO DO PASSIVO	
	ASPECTO ORÇAMENTÁRIO	ASPECTO PATRIMONIAL
Empenho, em jan/X1 do valor contratual para despesa com serviço de limpeza para todo o exercício	PASSIVO FINANCEIRO	NÃO HÁ PASSIVO PATRIMONIAL (ainda não houve fato gerador)
Contratação de empréstimo, com amortização mensal e prazo de 24 meses. (não empenhado)	PASSIVO PERMANENTE	PASSIVO CIRCULANTE (parcela a vencer em 12 meses) + PASSIVO NÃO -CIRCULANTE (demais parcelas)

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Classificação do Passivo - PCASP

2 – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.1 Passivo Circulante

- 2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
- 2.1.2 Empréstimos e Financiamentos a CP
- 2.1.3 Fornecedores e Contas a Pagar a CP
- 2.1.4 Obrigações Fiscais a CP
- 2.1.5 Transferências Fiscais a CP
- 2.1.7 Provisões a CP
- 2.1.8 Demais Obrigações a Curto Prazo

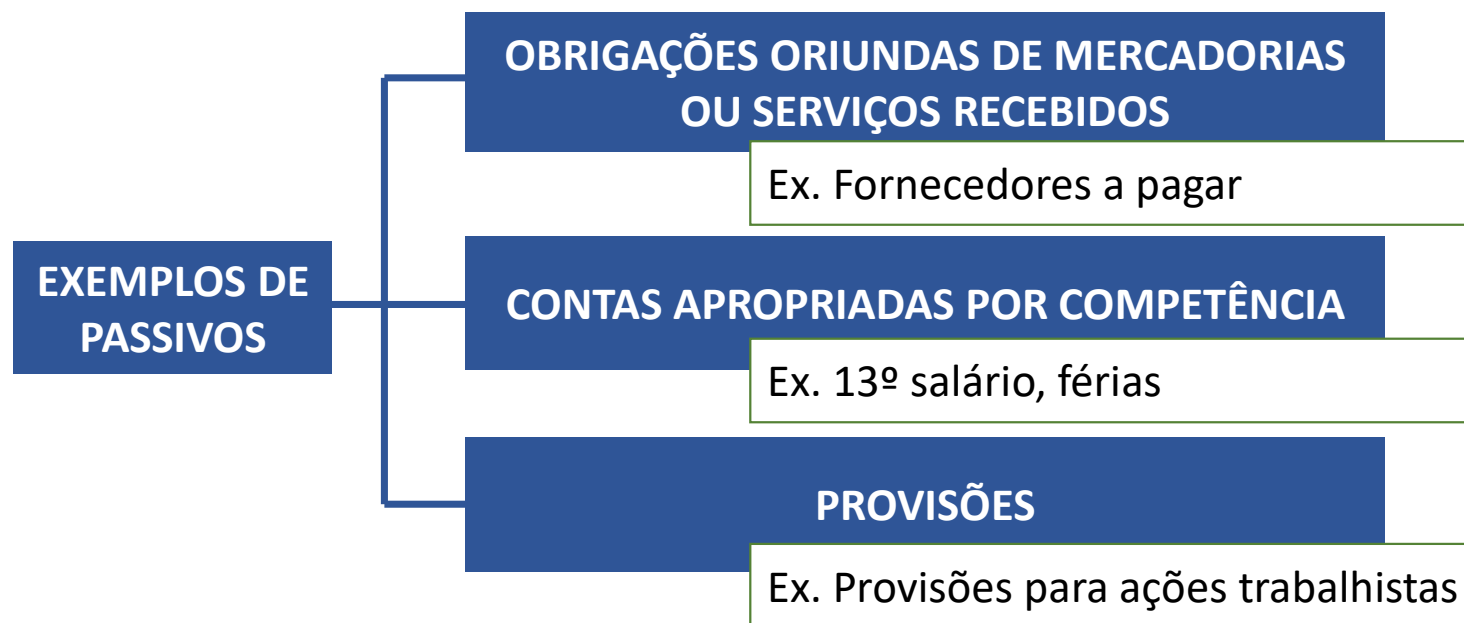
2.2 Passivo Não Circulante

- 2.2.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo
- 2.2.2 Empréstimos e Financiamentos a LP
- 2.2.3 Fornecedores e Contas a Pagar a LP
- 2.2.4 Obrigações Fiscais a LP
- 2.2.5 Transferências Fiscais a LP
- 2.2.7 Provisões a LP
- 2.2.8 Demais Obrigações a LP
- 2.2.9 Resultado Diferido

5 Elementos das Demonstrações Contábeis

Quando surge o passivo?

Característica essencial para existência de passivo: existência de **obrigação presente**.



Conclusão:

Uma obrigação (passivo exigível) surge **independentemente da execução orçamentária**.

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Relação entre passivo exigível e execução orçamentária

FATO GERADOR DO PASSIVO – PODE SURTIR DESDE ANTES DO EMPENHO ATÉ A LIQUIDAÇÃO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

EMPENHO

Lei 4.320/64, art. 58:
Ato emanado de autoridade que cria para o Estado **obrigação** de pgto., pendente ou não de implemento de condição.

**OBRIGAÇÃO
PATRIMONIAL (FATO
GERADOR)**



**OBRIGAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
(EMPENHO)**

EM LIQUIDAÇÃO

Registrado quando o **reconhecimento do passivo ocorrer em momento anterior à fase da liquidação**, de maneira que haja distinção entre os empenhos não liquidados que se constituem obrigação presente daqueles que não se constituem obrigação presente.

LIQUIDAÇÃO

Lei 4.320/64, art. 63: consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. É a **verificação de um Passivo Exigível já existente**.

PAGAMENTO

Última etapa da execução da despesa orçamentária, é a efetiva saída do recurso financeiro que ocasionará a **baixa de um passivo exigível existente**.

QUANDO É QUE SURGE O PASSIVO PATRIMONIAL?

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Relação entre passivo exigível e execução orçamentária

PASSIVO EXIGÍVEL **ANTES** DO EMPENHO
(Ex. Tomada de empréstimo – Lançamentos simplificados)

INGRESSO DOS RECURSOS DO EMPRÉSTIMO

D 1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C 2.1.2.x.x.xx.xx	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (P)

Surgimento do passivo antes do empenho

EMPENHO PARA PAGTO DO EMPRÉSTIMO

D 6.2.2.1.1.xx.xx	Crédito Disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx	Crédito Empenhado a Liquidar

D 6.2.2.1.3.01.xx	Crédito Empenhado a Liquidar
C 6.2.2.1.3.02.xx	Crédito Empenhado em Liquidação

“Em liquidação”: para este empenho já há passivo patrimonial

D 2.1.2.x.x.xx.xx	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (P)
C 2.1.2.x.x.xx.xx	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (F)

LIQUIDAÇÃO

D 6.2.2.1.3.02.xx	Crédito Empenhado em Liquidação
C 6.2.2.1.3.03.xx	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

PAGAMENTO

D 6.2.2.1.3.03.xx	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C 6.2.2.1.3.04.xx	Crédito Empenhado Liquidado Pago

D 2.1.2.x.x.xx.xx	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (F)
C 1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

Extinção do passivo após o pagamento

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Relação entre passivo exigível e execução orçamentária

PASSIVO EXIGÍVEL APÓS O EMPENHO
(Ex. Aquisição de mercadorias – Lançamentos simplificados)

EMPENHO PARA AQUISIÇÃO DA MERCADORIA

D 6.2.2.1.1.xx.xx	Crédito Disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx	Crédito Empenhado a Liquidar

RECEBIMENTO DA MERCADORIA

D 1.1.5.x.x.xx.xx	Estoque
C 2.2.3.x.x.xx.xx	Fornecedores a Pagar (F)
D 6.2.2.1.3.01.xx	Crédito Empenhado a Liquidar
C 6.2.2.1.3.02.xx	Crédito Empenhado em Liquidação

Surgimento do passivo após o empenho

“Em liquidação”: sinaliza que para o empenho ainda não liquidado já há passivo exigível

LIQUIDAÇÃO

D 6.2.2.1.3.02.xx	Crédito Empenhado em Liquidação
C 6.2.2.1.3.03.xx	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

PAGAMENTO

D 2.2.x.x.x.xx.xx	Fornecedores a Pagar (F)
C 1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
D 6.2.2.1.3.03.xx	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C 6.2.2.1.3.04.xx	Crédito Empenhado Liquidado Pago

Extinção do passivo após o empenho (pagamento)

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Patrimônio Líquido (ou Situação Patrimonial Líquida)

Conceito

É a **diferença entre e os ativos e os passivos** após a inclusão de **outros recursos** e a dedução de **outras obrigações**, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido.

A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo.

FONTE: NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, Item 5.28

Valores que não atendem à definição de ativo ou passivo, mas devem ser reconhecidos por determinação de normas específicas.

Classificação do Patrimônio Líquido – PCASP

2.3 Patrimônio Líquido

- 2.3.1 Patrimônio Social e Capital Social
- 2.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
- 2.3.3 Reservas de Capital
- 2.3.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial
- 2.3.5 Reservas de Lucros
- 2.3.6 Demais Reservas
- 2.3.7 Resultados Acumulados
- 2.3.9 (-) Ações / Cotas em Tesouraria

5 Elementos das Demonstrações Contábeis

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

São transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado.

AUMENTATIVAS

Ex.: D. Tributos a receber
C. VPA tributária

DIMINUTIVAS

Ex.: D. VPD pessoal
C. Salários a pagar

VARIAÇÃO PATRIMONIAL
AUMENTATIVA

=

RECEITA PATRIMONIAL

VARIAÇÃO PATRIMONIAL
DIMINUTIVA

=

DESPESA PATRIMONIAL

Os termos VPA e VPD foram adotados para evidenciar a diferença entre os conceitos patrimoniais e os conceitos de receita e despesa **orçamentária**.

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

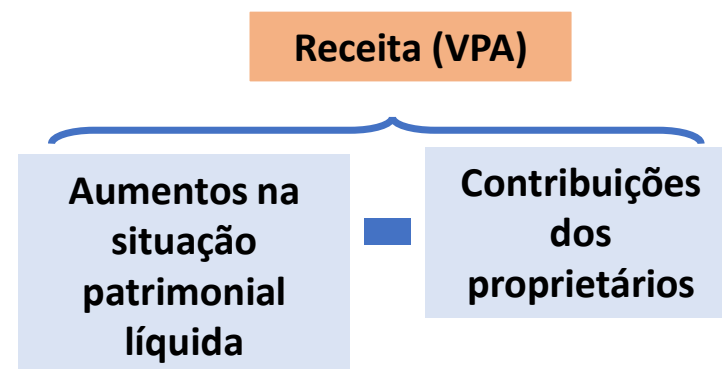
Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 5.29

Contribuição dos proprietários: corresponde a entrada de recursos a título de contribuição de partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.

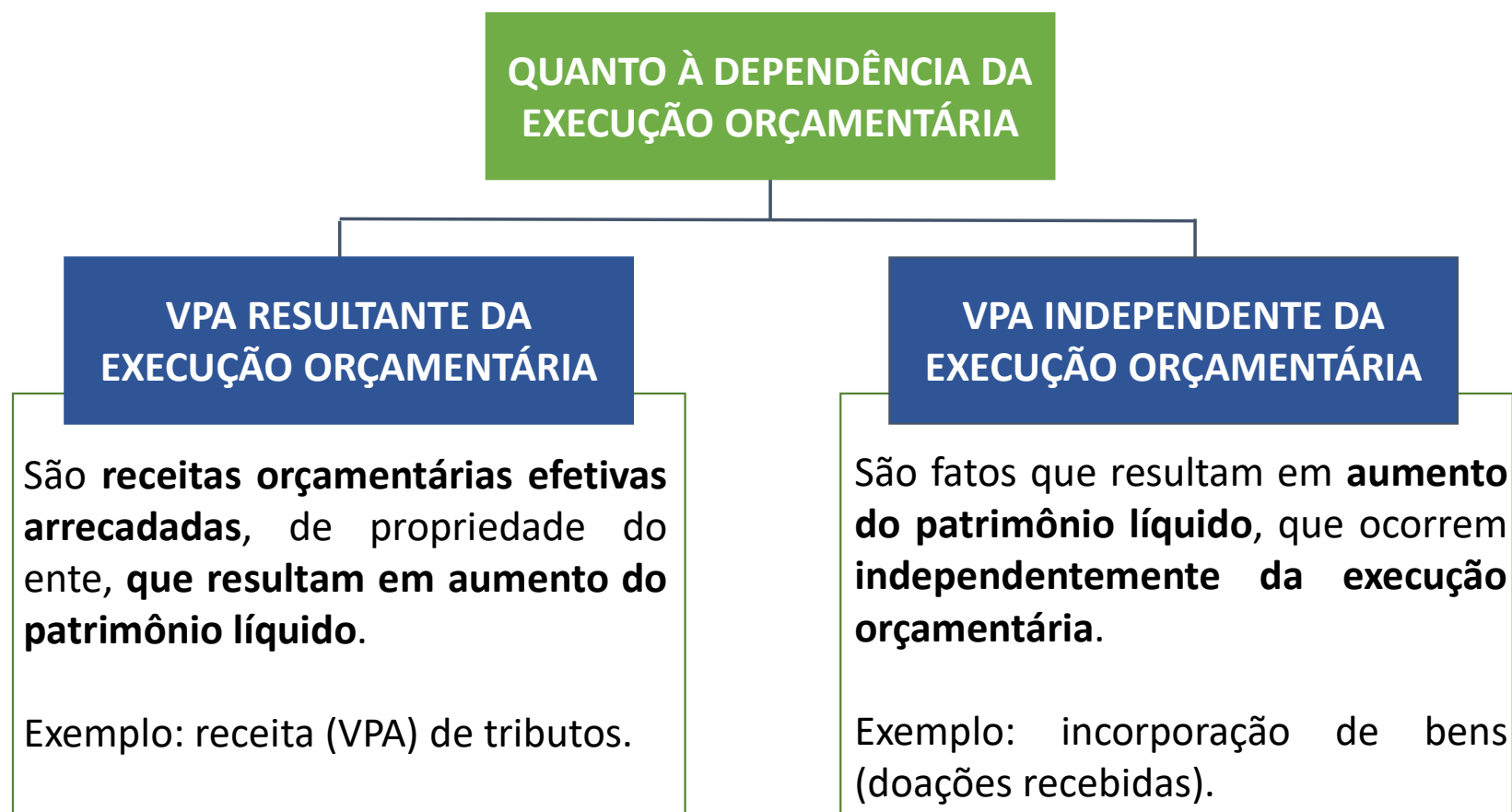
Exemplo: Aporte de capital



5

Elementos das Demonstrações Contábeis

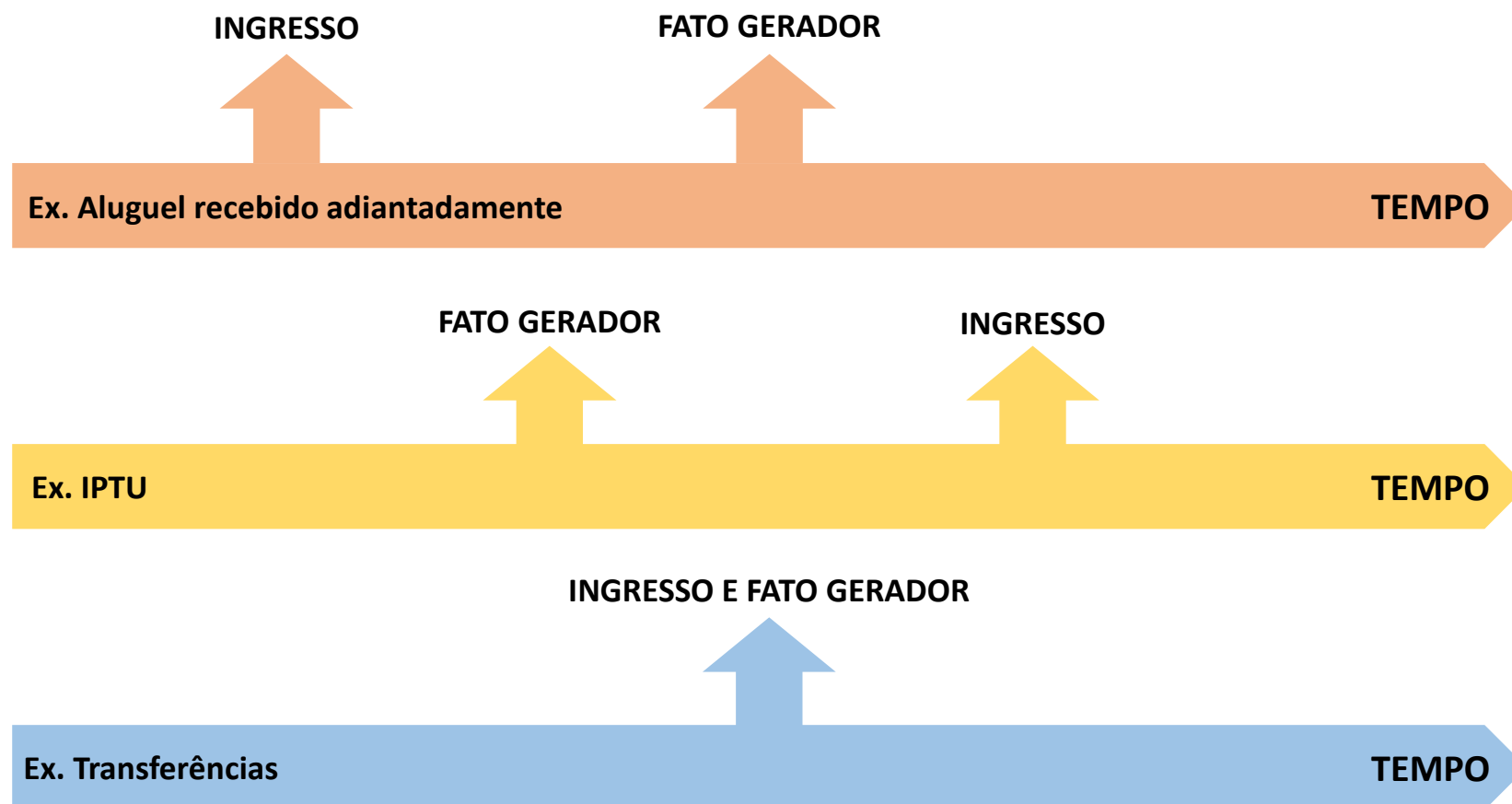
Classificação das Variações Patrimoniais Aumentativas



5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Enfoques da Receita: Patrimonial x Orçamentário



5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Enfoques da Receitas: Patrimonial x Orçamentário

ATO / FATO	RECEITA PATRIMONIAL (VPA)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA
1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À VISTA	☐	☐
2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PRAZO	☐	☐
3. ALIENAÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO À VISTA	☐	☐
4. LANÇAMENTO DE TRIBUTOS	☐	☐
5. ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS APÓS LANÇAMENTO	☐	☐
6. RECEBIMENTO DEPÓSITO EM CAUÇÃO	☐	☐

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

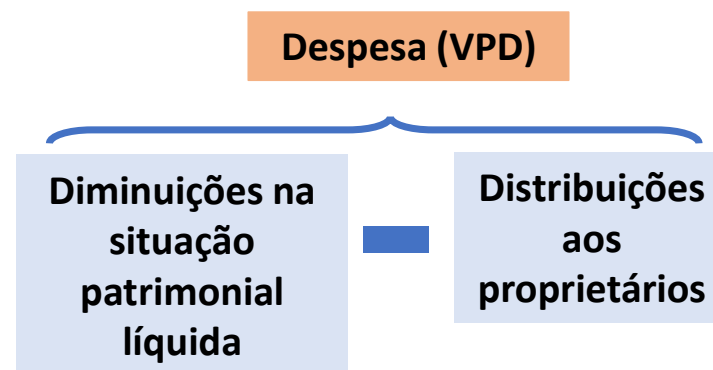
Variações Patrimoniais Diminutivas

Despesa corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, item 5.30

Distribuições aos proprietários: correspondem a saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

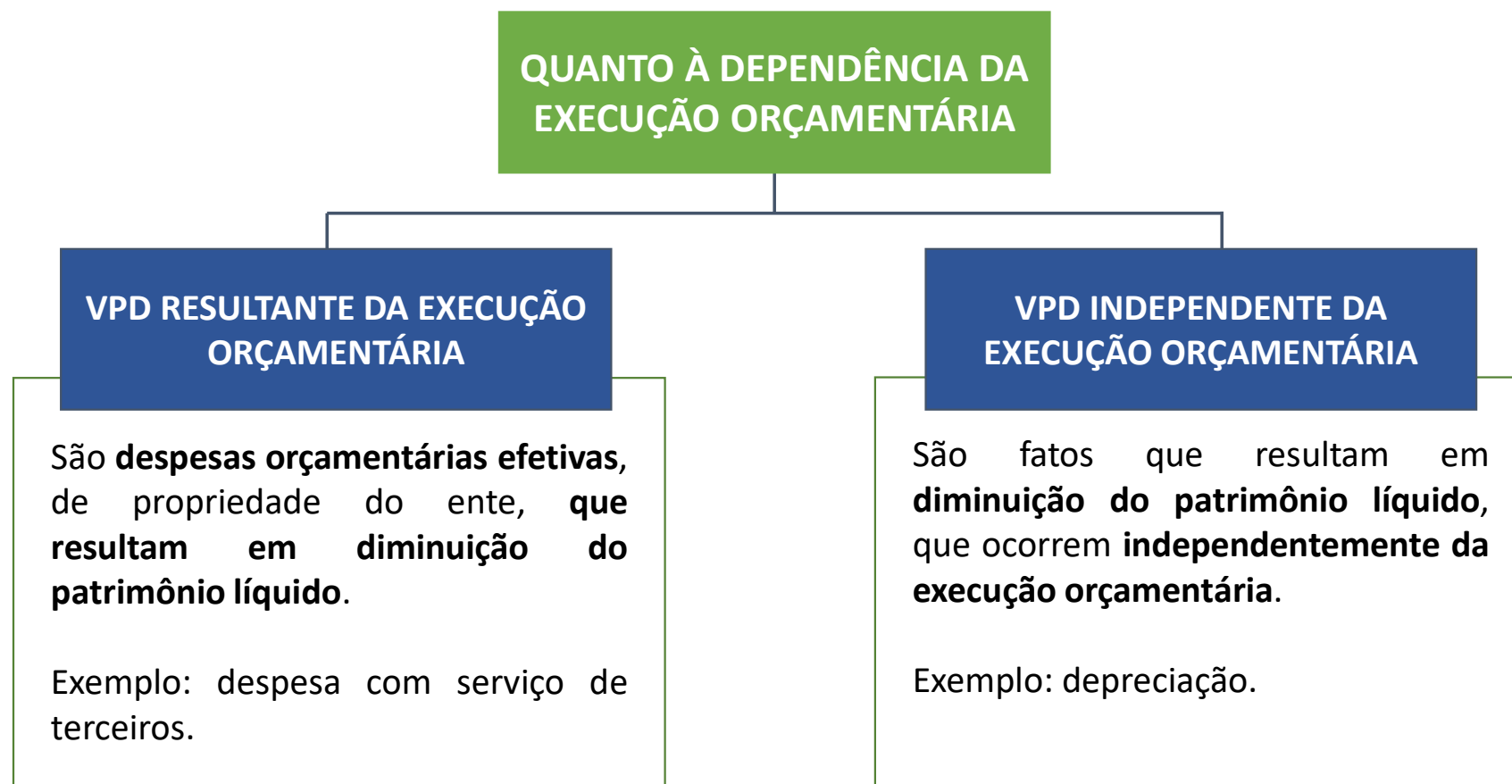
Exemplo: distribuição de dividendos e JCP



5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Classificação das Variações Patrimoniais Diminutivas



5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Regime Orçamentário x Regime Contábil

Regime Orçamentário (art. 35 da Lei 4.320/64)

- Pertencem ao exercício financeiro:
 - As receitas (orçamentárias) nele arrecadadas
 - As despesas (orçamentárias) nele legalmente empenhadas

Regime Contábil

- Os efeitos das transações (dentre as quais as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas) e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Despesa pelo Enfoque Patrimonial

Quando se RECONHECE uma despesa sob o enfoque patrimonial (VPD)?

Uma das grandes questões da CIÊNCIA CONTÁBIL é o momento da ocorrência dos fatos geradores.

O reconhecimento está atrelado a um momento, ao elemento temporal do fenômeno. A despesa sob o enfoque patrimonial sujeita-se ao regime econômico ou contábil.

O reconhecimento da despesa sob o enfoque patrimonial é no momento do fato gerador que diminui o patrimônio líquido, independente de saída de recurso financeiro.

Devem ser considerados a competência e a oportunidade.

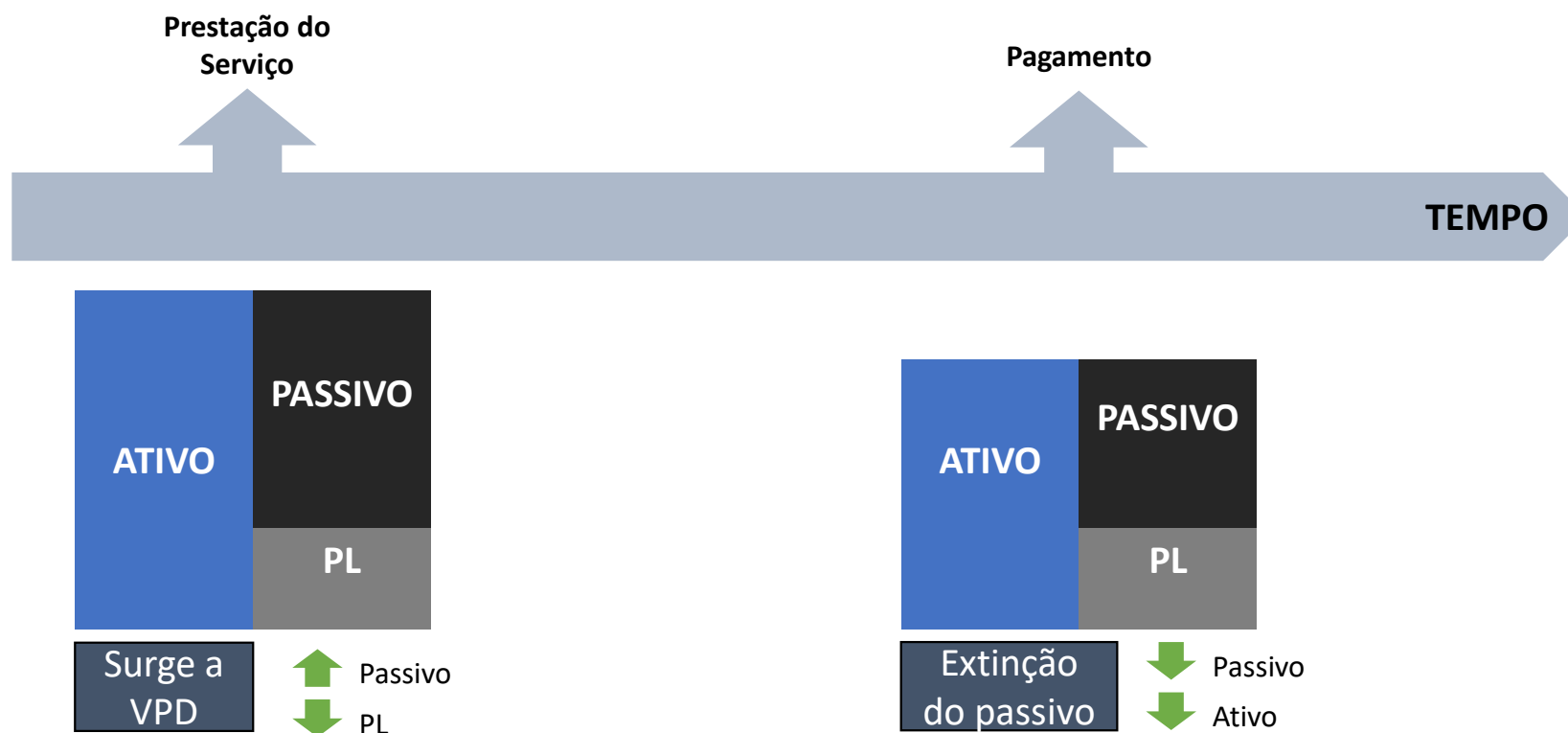
5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Despesa pelo Enfoque Patrimonial

1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA

Existem 2 momentos importantes: o da efetiva **prestação do serviço** e o do **pagamento** pelo serviço prestado.



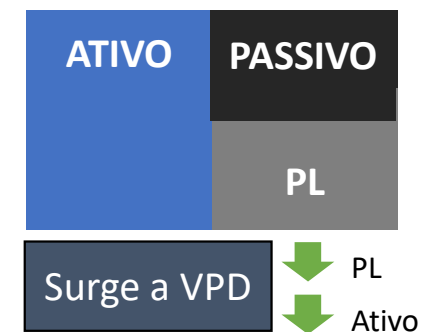
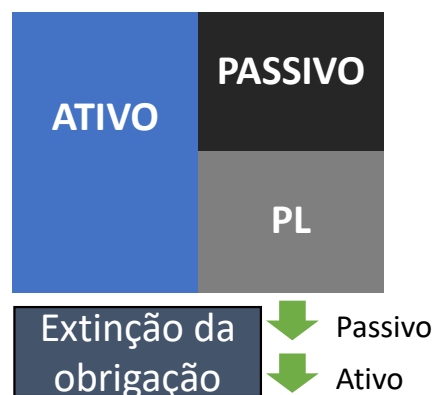
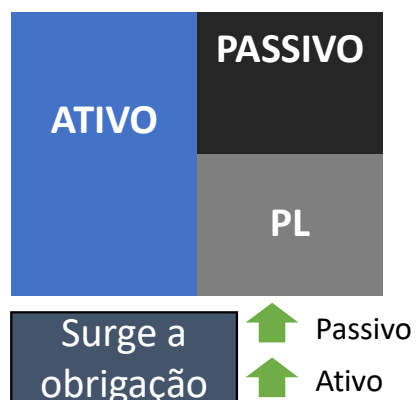
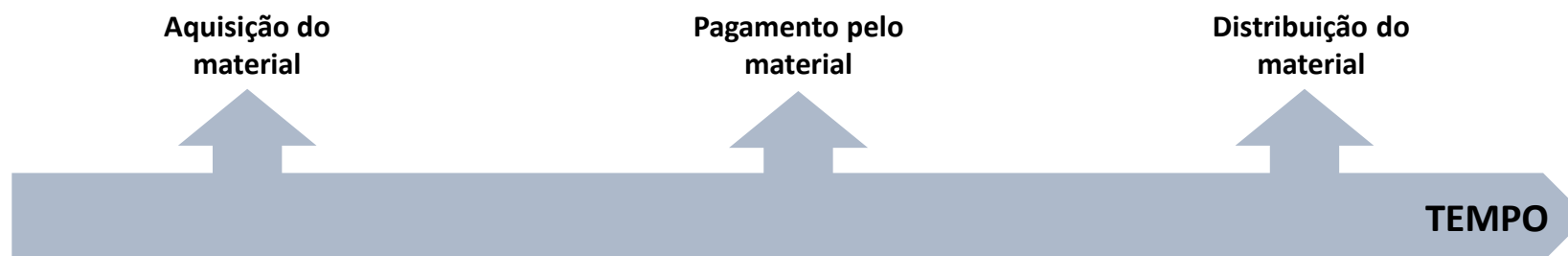
5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Despesa pelo Enfoque Patrimonial

2. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Existem 3 momentos importantes: o da **aquisição** do material, o do **pagamento** e o da **distribuição**.



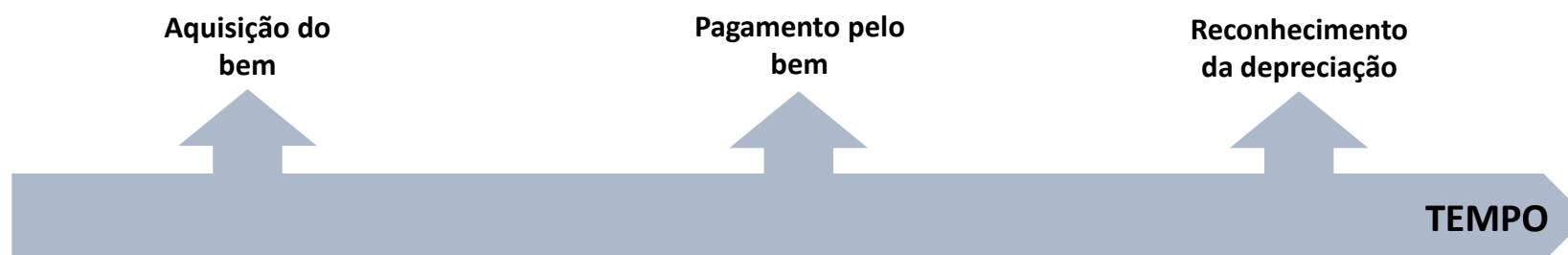
5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Despesa pelo Enfoque Patrimonial

3. AQUISIÇÃO DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

Existem 3 momentos importantes: o da **aquisição** do bem, o do **pagamento** e o do reconhecimento do **desgaste pelo uso**.



Surge a obrigação



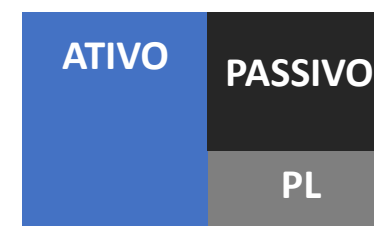
Passivo
Ativo



Extinção da obrigação



Passivo
Ativo



Surge a VPD



PL
Ativo

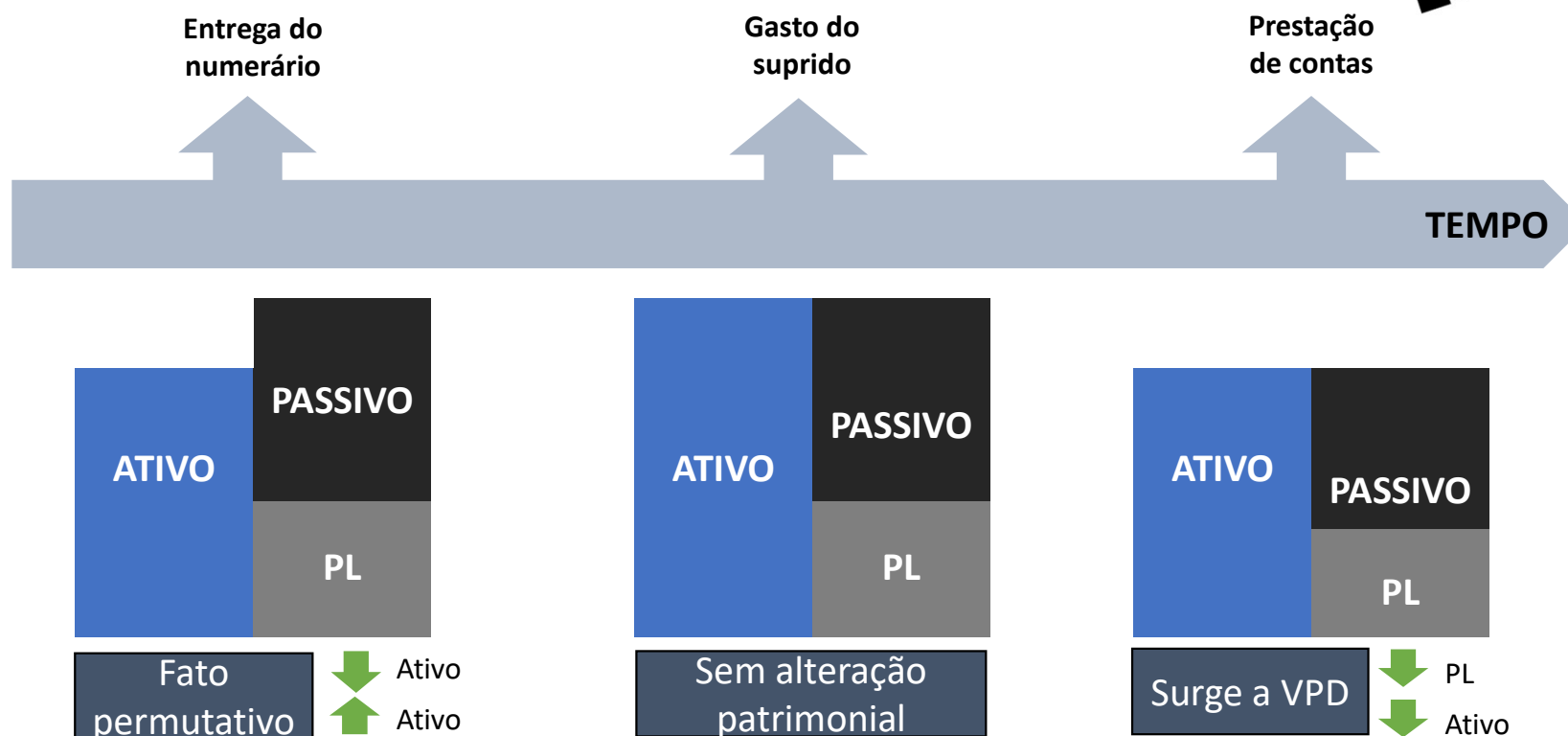
5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Despesa pelo Enfoque Patrimonial

4. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (REGIME DE ADIANTAMENTO)

Existem 3 momentos importantes: o da **entrega do numerário**, o do **gasto do suprido** e o da **prestação de contas** do recurso adiantado.



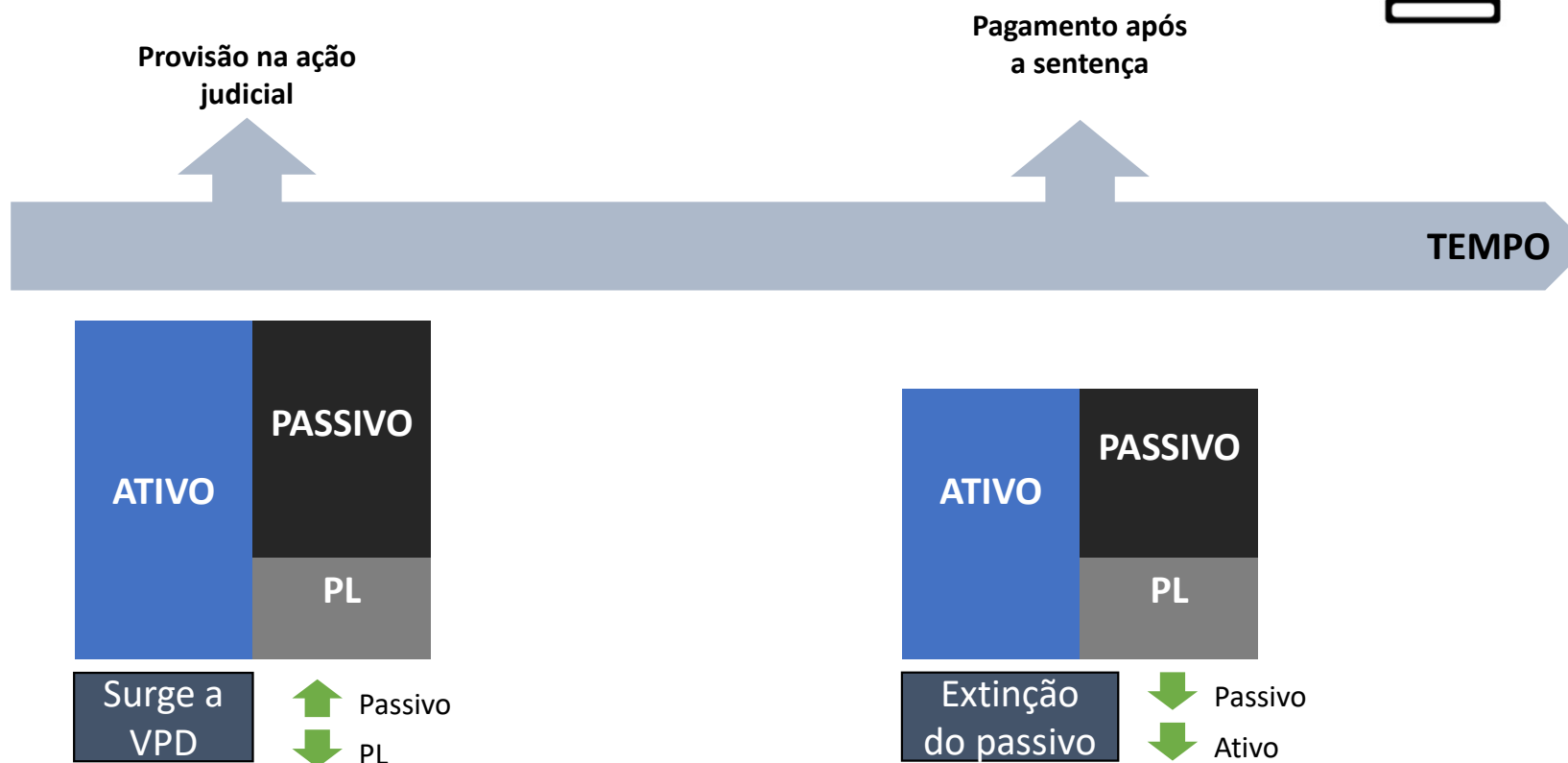
5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Despesa pelo Enfoque Patrimonial

5. SENTENÇA JUDICIAL

Existem 2 momentos importantes: o da **ação judicial** e o da **sentença**.



5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Enfoques Patrimonial x Orçamentário

ATO / FATO	DESPESA PATRIMONIAL (VPD)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA
1. DESPESA SEM SUPORTE ORÇAMENTÁRIO		
2. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO		
3. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS		
4. DEPRECIAÇÃO		
5. DESPESA COM PESSOAL À VISTA		
6. REGISTRO DE OBRIGAÇÃO COM FÉRIAS		
7.DEVOLUÇÃO DE CAUÇÃO		

5

Elementos das Demonstrações Contábeis

Características: VPA x VPD

CARACTERÍSTICA	RECEITA (VPA)	DESPESA (VPD)
BENEFÍCIOS ECONÔMICOS	Aumento	Redução
PERÍODO DE APURAÇÃO	Período contábil (exercício)	Período contábil (exercício)
RELAÇÃO COM ENTRADA / SAÍDA DE RECURSOS	Entrada	Saída
POSSÍVEIS REFLEXOS NO ATIVO	Aumento	Redução
POSSÍVEIS REFLEXOS NO PASSIVO	Redução	Aumento
REFLEXO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Aumento	Redução
RELAÇÕES COM OS PROPRIETÁRIOS	Não se confundem com contribuições dos propr.	Não se confundem com distribuições aos propr.

XXXIII SEMANA
CONTÁBIL
SECOFEM 2026
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

OBRIGADO(A)!

Organização e Realização:



SECRETARIA DA
FAZENDA

